



SUBJETIVIDADE NA FORMAÇÃO INICIAL EM EDUCAÇÃO FÍSICA: MEDIAÇÕES DO PROCESSO INCLUSIVO

Samara Louise da Cunha Silva ¹
Neiza de Lourdes Frederico Fumes ²

INTRODUÇÃO

Com o passar dos anos, a inclusão foi ganhando mais espaço para pesquisas, projetos de extensão e ensino, principalmente nas áreas educacionais e os cursos de formação de professores – licenciatura como a em Educação Física, que é um campo de atuação com várias possibilidades para trabalhar com a diversidade humana. Contudo, segundo Vitta, Vitta e Monteiro (2010), a presença da pessoa com deficiência, nas escolas de ensino regular, fez com que surgissem várias indagações sobre a formação inicial de professores. A dúvida recorrente era se estes profissionais estariam preparados para o ensino do aluno com deficiência em salas comuns.

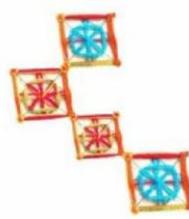
Este estudo incide sobre uma experiência importante - a inclusão Educação Superior – e será analisada do ponto de vista dos colegas de turma de um aluno com deficiência, os quais serão futuros professores de Educação Física na Educação Básica. Consideramos que esse movimento de pesquisa se faz bastante necessário para compreender as subjetividades dos envolvidos no processo de inclusão das pessoas com deficiência.

Deste modo, o objetivo deste estudo é investigar sobre as significações acerca do processo inclusivo constituído por colegas de universitário com deficiência, numa turma do curso de Licenciatura em Educação Física de uma universidade pública federal, localizada na região nordeste brasileiro

A investigação ancora-se na metodologia da perspectiva sócio-histórica que cumpre o papel de orientar todo o movimento de produção e análise dos dados. Através das análises realizadas foi possível perceber a força do modelo médico nos discursos dos participantes, deixando claro a importância de mais inclusão dentro dos espaços de formação de professores

¹ Graduanda do Curso de Letras-Libras da Universidade Federal de Alagoas - UFAL, sammycunha24@gmail.com;

² Professora Doutora da Universidade Federal de Alagoas - UFAL, neizaf@yahoo.com;



ASPECTOS METODOLÓGICOS

Participaram dessa pesquisa três alunos do curso de Licenciatura em Educação Física, cujas identidades serão preservadas, como explicado no TCLE, tendo sido adotados pseudônimos que foram escolhidos pelos próprios. Os participantes tinham idades entre 21 a 28 anos, ingressaram na universidade federal no ano de 2016 e estavam em processo de conclusão de curso no momento de produção dos dados.

Para analisar os dados produzidos foi utilizado os núcleos de significação. Aguiar e Ozella explicam que para a apreensão dos sentidos e dos significados:

[...] é preciso compreendê-los como sendo constituídos pela unidade contraditória do simbólico e do emocional. Dessa forma, na perspectiva de melhor compreender o sujeito, os significados constituem o ponto de partida: sabe-se que eles contêm mais do que aparentam e que, por meio de um trabalho de análise e interpretação, pode-se caminhar para as zonas mais instáveis, fluidas e profundas, ou seja, para as zonas de sentido. Afirma-se, assim, que o sentido é muito mais amplo que o significado, pois o primeiro constitui a articulação dos eventos psicológicos que o sujeito produz ante uma realidade (2013, p. 304).

Se faz importante salientar que trabalhar com núcleo de significação exige que o pesquisador esteja sempre refletindo sobre seu papel na pesquisa, posto que esse processo considera de extrema importância todos os sujeitos envolvidos.

REFERENCIAL TEÓRICO

Como já anunciamos, este trabalho está ancorado na perspectiva da Psicologia Sócio histórica, proposta por Vygotsky. Sobre essa perspectiva, Gonçalves e Furtado (2016) relatam que a mesma considera a relevância do fenômeno social e da sua relação com a subjetividade, além de considerar o processo social como sendo verdade estabelecida por sujeitos. É deixado claro que este processo só poderá ser entendido se estes sujeitos forem realmente considerados, sem esquecer todas as possibilidades que estes possuem de estabelecer relações, proceder e produzir recursos indispensáveis para suas vidas.



RESULTADOS E DISCUSSÃO

- **“Anormal, diferente e incapaz: os (pré)conceitos atribuídos à pessoa com deficiência”**

Ao serem indagados sobre o que são pessoas com deficiência, os participantes falaram, que para eles eram pessoas anormais, diferentes e incapazes. Nos pré-indicadores a seguir, ficam evidentes os (pré)conceitos dos participantes:

[...] Rapaz, falando assim, digamos popularmente, seria a pessoa que é diferente, é anormal. É diferente, diferenciados do normal, tipo é anormal, não é normal. O normal entre aspas. Pessoa anormal, por exemplo, se eu sou cego, eu não sou normal eu sou anormal. Aí eu sou uma pessoa com deficiência. Eu acho que popularmente isso. (Aluno Zé)

[...] Pessoas com deficiência, eu entendo que sejam pessoas com algumas capacidades reduzidas. (Aluno Lucas)

[...] Uma pessoa deficiente, ela é uma pessoa que ela não tem alguma capacidade, né? vamos dizer assim, bem estruturada, não sei se é a palavra, mas de alguma forma ela tem a falta de alguma coisa, você entende? deficiência é a falta de alguns aspectos que a pessoa tem ali. (Aluno XXX)

Esses pré-indicadores mostram que as significações dos alunos entrevistados ainda estavam atreladas aos conceitos de padronização social. Para eles, se a pessoa não tiver nenhuma deficiência, ela estaria enquadrada no grupo social dos ditos normais e as pessoas com deficiência estariam no grupo dos anormais, diferentes e com capacidades reduzidas. Esses pré-indicadores também mostram o quanto é forte a definição do modelo médico para a deficiência.

Segundo Diniz (2007), esse entendimento em relação à deficiência como um fenômeno da patologia ou da anormalidade foi o que tornou conhecido o modelo médico da deficiência. Ao percorrer um trajeto, rumo à modernidade a deficiência saiu do que era considerado algo místico para o patológico, o que possibilitou que o corpo com limitações de aptidões fosse docilizado por meio de alguns artifícios, como: tratamento através de cirurgias ou reabilitações (FOUCAULT, 2001).

Entretanto, Silveira e Neves (2006) nos lembram que o desenvolvimento é um processo qualitativo, sendo este particular e diferente para cada sujeito. Na perspectiva vigotskiana, as deficiências (função biológica) podem ser esquivadas por processos compensatórios, sendo a mediação bastante importante para se obter resultados favoráveis. As autoras destacam que as proposições de Vygotsky no que diz respeito ao



desenvolvimento anormal faz com a visão que se tem da deficiência seja de anormalidade social e as diferenças no desenvolvimento são observadas como variações qualitativas.

Todavia, essas significações sobre deficiência não foram únicas entre os sujeitos. Houve contradições como mostra o pré-indicador a seguir:

[...] Na verdade, eu não via, eu não conseguia ver o aluno fazendo o que ele faz hoje. Nunca imaginava. (Aluno Lucas)

Nesse caso, o universitário também aponta para possibilidades das pessoas com deficiência, que ele desconhecia até então e a (con)vivência com esse colega durante o processo formativo mediou novas significações.

[...] Então, de lá para cá, ele tem conseguido tranquilo superar tudo o que tá surgindo e tá levando. Desenrolado que só ele. (Aluno Lucas)

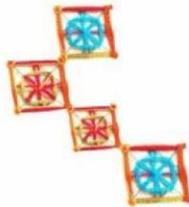
Nesse fragmento, é possível perceber que ao longo de sua formação inicial de professor, o aluno Lucas passou por um processo de compreensão em relação ao desenvolvimento e a aprendizagem da pessoa com deficiência.

Em relação a isso, Tardif (2002) relata que os saberes da experiência incluem aqueles que os professores vão aprendendo como devem ensinar seus alunos e de quais formas esse processo pode ser realizado. Os professores adquirem mais segurança para transitar entre técnicas e métodos, posto que a partir desse movimento eles sabem o que podem utilizar em suas aulas, considerando cada situação.

Para Lima e Cupolillo (2006) seria importante salientar a importância de se desenvolver propostas de formação de professores que contribuíssem para o desenvolvimento profissional em uma perspectiva inclusiva e que se articulem juntamente com outros processos humanos, complexos e contraditórios, a fim de colaborar na formação e também em novas produções de sentidos e significados, em relação ao que é o humano.

Nessa perspectiva, não haveria divisões por categorias de alunos e nem segmentos padronizados em termos de anormalidades e deficiência. Em um dos pré-indicadores, o aluno XXX compartilha dessa significação quando diz:

[...] Para mim é igual, independente da deficiência, da cegueira e acho que estão vindo da mesma forma também, né? Tá quebrando preconceito, quebrando esse estereótipo de ser diferente, ser diferente é normal, nós somos diferentes um do outro. (Aluno XXX)



No entanto, ele se contradiz, quando ele fala que:

[...] Uma pessoa deficiente, ela é uma pessoa que ela não tem alguma capacidade, né? vamos dizer assim, bem estruturada, não sei se é a palavra, mas de alguma forma ela tem a falta de alguma coisa, você entende? deficiência é a falta de alguns aspectos que a pessoa tem ali.
(Aluno XXX)

Esses pré-ndicadores mostram-nos as contradições, que nos ajuda a compreender o movimento dos fenômenos. Segundo Cury (1985), a categoria contradição é percebida como fator importante no que diz respeito ao desenvolvimento da sociedade e por este motivo não pode jamais ser negada em seu movimento histórico. Caso houvesse essa negação, isso levaria a uma ilusória concepção de educação representada de um modo “linear e mecânico”. A contradição contribui para que os sujeitos façam questionamentos sobre o que existe, para que, desta forma, busquem novos sentidos nas experiências vivenciadas

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa mostrou que as significações dos futuros professores ainda estavam atreladas aos modelos médicos referentes a pessoa com deficiência, posto que eles relataram que a pessoa com deficiência é diferente, anormal e incapaz. Ressalta-se que essas significações, orientadas pela perspectiva da incapacidade, ultrapassaram as experiências vivenciadas, não havendo mudanças em relação a estes posicionamentos. Os relatos dos participantes sobre a pessoa com deficiência, mostra a predominância do modelo médico em nossa sociedade, modelo esse que evidencia a situação do corpo adoecido, deixando de lado o ser humano e toda sua subjetividade e complexidade.

Participar desse processo como pesquisadora contribuiu para refletir sobre a inclusão para além da universidade e da formação profissional, posto que ao realizar os momentos de visita a campo e de produção dos dados, foi possível perceber o quanto a experiência com a inclusão ultrapassa os momentos de aula, ultrapassa os muros da universidade. Uma vez que a partir desse contato, os sujeitos envolvidos aprendem a enxergar a diversidade de forma mais humana.

Portanto, é de fundamental importância ressaltar, a relevância de se pensar para além de uma educação superior como sendo meramente mais uma etapa da formação profissional dos sujeitos, e sim, pensar que esta etapa tem uma função social



transformadora, altamente significativa nos processos de construção de seres humanos e que estes precisam ser atuantes em suas formações tanto individuais como profissionais.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, W. M. J; OZELLA, S. Apreensão dos sentidos: aprimorando a proposta dos núcleos de significação. R. bras. **Est. pedag.**, Brasília, v. 9, n. 236, p. 299-322, jan/abr 2013.

CURY, C. R. J. (1985). **Educação e contradição**: elementos metodológicos para uma teoria crítica do fenômeno educativo. São Paulo: Cortez.

DINIZ, D. **O que é deficiência**. São Paulo: Brasiliense, 2007 (Coleção Primeiros Passos).

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1986. 296p.

GONÇALVES, Maria da Graça M.; FURTADO, Odair; A perspectiva sócio-histórica: uma possibilidade crítica para a psicologia e para a educação. In. A dimensão subjetiva do processo educacional: Uma leitura sócio-histórica. São Paulo: Cortez, 2016

LIMA, C. M. ; CUPOLILLO, M. V. . A TEORIA HISTÓRICO-CULTURAL E A DIALÉTICA INCLUSÃO/EXCLUSÃO NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO. Linhas Críticas (UnB) , v. 11, p. 263-278, 2006. Acesso em 20 de jun. 2019.

SILVEIRA, F. F.; NEVES, M. M. B. J.. Inclusão Escolar de Crianças com Deficiência Múltipla: Concepções de Pais e Professores. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/%0D/ptp/v22n1/29847.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2019.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

VITTA, F. C. F.; VITTA, A.; MONTEIRO, A. S. Percepção de professores de educação infantil sobre a inclusão da criança com deficiência. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 16, n. 3, p. 415-428, set./dez. 2010.